

UNIDADE 4

O governo de Vargas entre 1930 e 1945

Introdução

Nesta quarta Unidade da disciplina História do Brasil República I, propomos a você melhor compreensão do período de Vargas, especialmente em seu primeiro governo.

Nosso objetivo é compreender melhor o contexto histórico em que Vargas levou a cabo um estilo de governar, de lidar com diferentes forças políticas no Brasil, de mostrar a “cara” de um Brasil para o exterior, de participar da Segunda Guerra Mundial e de dar início ao processo industrial no Brasil.

Você se defrontará com um Brasil “quente”, com sujeitos sociais diversos em sua atuação político-social e com um Brasil plural.

Desejamos bom estudo e férteis discussões!

4.1 Da ascensão de Vargas ao Governo Constitucional



◀ Figura 37: Governo Provisório. Vargas é apoiado por militares.

Fonte: http://2.bp.blogspot.com/-B-0gfnosLGw/TabHIBTZvdl/AAAAAAARE/nDfc8vIrD7o/s1600/Revolu%25C3%25A7%25C3%25A3o_de_1930_-2-Por-Claro-Jansson-1877-1954-5.jpg

DICAS

Em geral dividimos o período varguista em:

Governo provisório:
1930 a 1934.

Governo Constitucional:
1934 a 1937.

Governo ditatorial:
1937 a 1945

O apoio ao presidente Vargas não se restringia aos militares, especialmente aos tenentes. Você observa essa ideia na imagem que destacamos para esse item. Pensemos sobre ela.

Destacamos na figura o aporte militar ao governo Vargas. Além disso, observamos a presença de civis. Em novembro de 1930, mês em que Vargas recebeu a chefia de seu país, ele tem consigo parte representante ainda das oligarquias rurais aliadas do poder. Ainda, havia o apoio dos militares legalistas que não concordavam com o movimento dos tenentes mais radicais. Com essa base, administrar o país não seria fácil. O que fez o nosso presidente nessa época?

Diria que “andar na corda bamba”!

Melhor dizendo, entre 1930 e 32, Vargas tomou para si e para sua base aliada uma política ambígua, possibilitando a ele equilibrar-se sobre tendências diversas em seu governo. Os lugares de atuação política para sua base aliada foram os ministérios e os cargos de interventores - cargo recém criado - nos Estados e Câmaras Municipais em todo o país. Essa foi a primeira ação varguista no governo provisório: ter apoio nos estados e municípios por meio

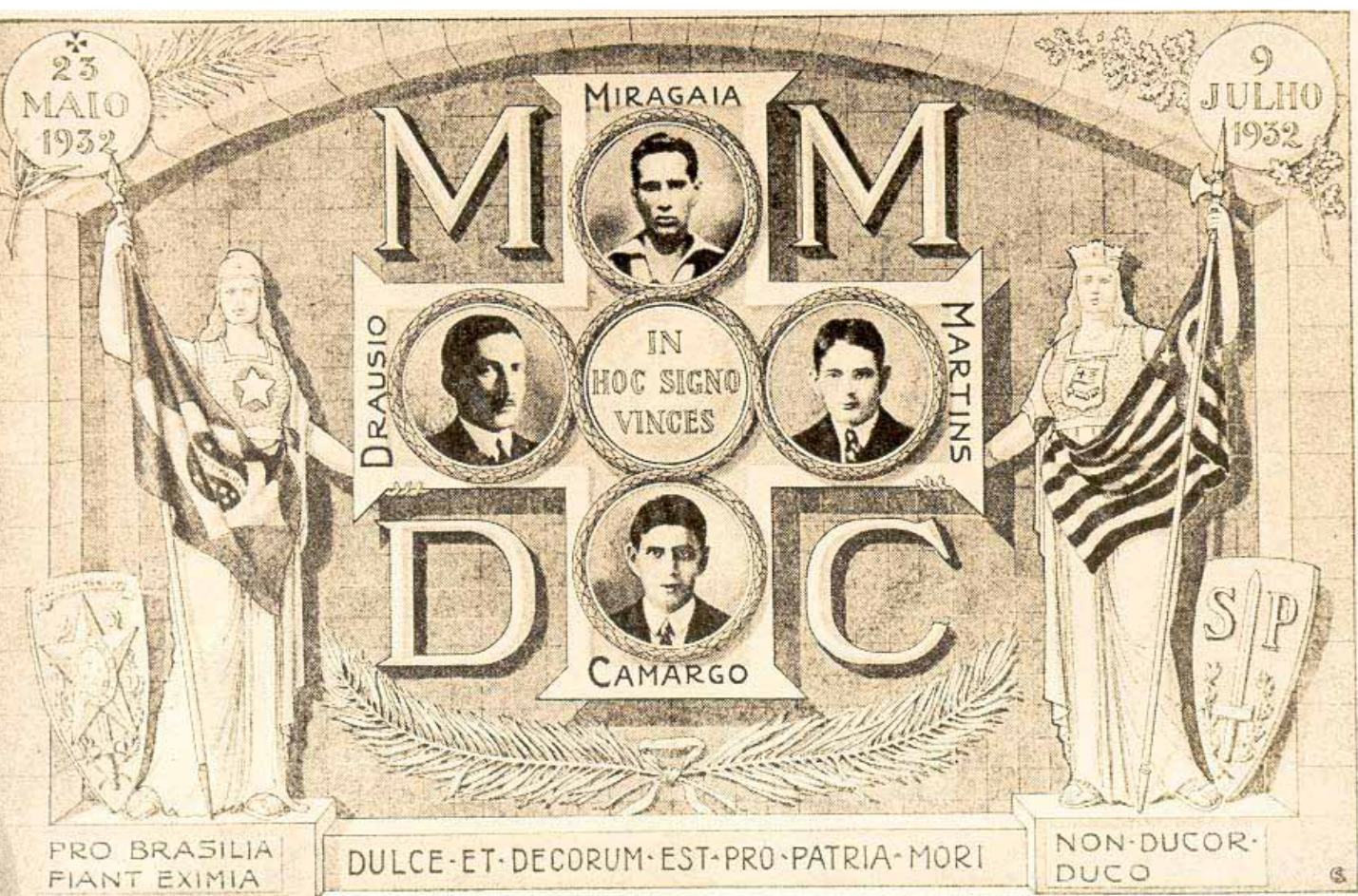
de interventores nomeados pelo governo revolucionário. Logo, dissolveu as Assembleias Legislativas Estaduais e as Câmaras Municipais de todo o país.

Mas, em 1932, houve uma revolução a partir de São Paulo, levantando a bandeira da necessidade de tornar o país Constitucional. Os paulistas desejavam, obviamente, retomar o poder político perdido em 30. Essa Revolução Constitucionalista visou combater o caráter mais centralista e a preocupação com o social que o governo vinha apresentando e incomodando principalmente a oligarquia paulista que gozava anteriormente de privilégios.

Em São Paulo, os constitucionalistas exigiram que fosse indicado um interventor paulista e civil para o Estado paulista, além de exigir novas eleições e a convocação de uma Assembleia Constituinte. Em 1932, estudantes morreram em confronto com a polícia ao manifestarem sua insatisfação com o governo Vargas. Formou-se uma sigla MMDC a partir das iniciais dos nomes dos estudantes e logo o símbolo do movimento constitucionalista. Tal movimento mobilizou cerca de 30 mil homens de São Paulo para lutar contra o governo federal. Veja a figura que marcou esse conflito.

Figura 38: Imagem do MMDC em Cartão Postal, 1932 – São Paulo. CPDOC/Roberto Costa. (MMDC: Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo)

Fonte: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/anos30-37/RevConstitucionalista32>



Os constitucionalistas paulistas produziram armas, bombas, máscaras de gás, lança-chamas e capacetes por meio de suas indústrias. Receberiam apoio de outras elites do país, mas apenas o Mato Grosso apresentou ajuda e envolvimento direto no conflito. Foram três meses de guerra, culminando com o desfecho desfavorável aos paulistas. Estes perderam a batalha, mas o governo federal resolveu abrir eleições para a Assembleia Nacional Constituinte em 1932, a única reivindicação oficial do movimento.

O governo teve, nesse sentido, que negociar com as elites que ele depôs em 1930 (no caso, a elite paulista), os tenentes mais revolucionários perderam poder e o “Clube 3 de Outubro”, fundado pelos tenentes em 1931, transformou-se em um grêmio de debates apenas. Para aprofundar os seus conhecimentos, pesquise sobre o referido Clube e discuta com os seus colegas de turma o que vocês encontraram durante a pesquisa.

A Assembleia Nacional Constituinte promulgou, em julho de 1934, uma constituição para o Brasil, realizando a eleição para presidência do Brasil, elegendo Vargas. Deu-se início à construção de um Estado forte, centralizador, nacionalista e autoritário. As resistências o aborreciam, assim como a própria constituição, o Congresso e os movimentos sociais, na realidade, para ele eram um estorvo.

e propugnava reunir os comunistas, liberais, anarquistas e antintegralistas, mas sua ação junto aos populares, às forças armadas e ao alto grau de crítica ao governo levou Getúlio a acabar com essa aliança.

A essa altura é certo afirmarmos que as nossas oligarquias estavam temerosas com o crescimento das ideias comunistas e congêneres, levando a apoiar o “endurecimento” do regime, ou seja, aproximação das ideias fascistas e distanciamento do comunismo. A ação inicial governamental foi fechar a ANL e a Intentona Comunista. O Jornal assim documentou o evento:

GLOSSÁRIO

Estado de Guerra:

Situação política na qual o Estado assume poderes excepcionais, em vista do perigo de conflagração interna ou externa. Todos os direitos e garantias individuais são suspensos, a polícia pode prender e manter presa qualquer pessoa, sem acusação formal ou processo. (POMAR, 1999, p.18)

Pelegos:

Pelego é a manta que se usa ente o cavaleiro e o cavalo. Ela amortecce o peso do cavaleiro e faz com que ele sinta menos o calor do corpo do cavalo. (POMAR, 1999, p. 43) Pelegos no Brasil eram os sindicatos que agiam concordando em sua maioria com as decisões do governo, atendendo à classe trabalhadora de modo a aliviar o calor das discussões entre patrões e empregados.

4.2 O Governo Constitucional

Governar o Brasil com uma constituição poderia ser menos difícil se não fosse a quantidade e diversidade de interesses em jogo na cena política. Apesar de Vargas ter sido confirmado como presidente da República pela Constituição de 1934, seu governo estava muito desgastado. Conciliar com as elites decepcionou em alto grau a juventude e os grupos sociais que lhe deram apoio na Revolução de 1930.

A oposição de esquerda foi grande. Podemos afirmar que a Aliança Nacional Libertadora (ANL) congregava os indivíduos descontentes na sociedade e acabou por se tornar um movimento social. Esta foi fundada em 1935



Figura 39: Jornal do Brasil, 26 de novembro de 1935, fl. 7. “O norte agitado por um movimento de caráter extremista”. Os amotinados ocuparam a capital do Rio Grande do Norte e a cidade de Olinda – Os demais estados estão em calma tendo sido tomadas medidas preventivas contra qualquer perturbação da ordem.

Fonte: <http://www.jblog.com.br/hojenahistoria.php?blogid=57&archive=2007-11>
Acesso em 31/03/2011.

A respeito desse evento, a Intentona comunista, podemos ler em Pomar uma contextualização importante. Vejamos:

O partido comunista, principal base de apoio da ANL, tinha como filiados vários militares oriundos do movimento tenentista, a exemplo de Prestes, Agildo Barata e Cilo Meireles. Sob a influência desses tenentes, passou a conspirar para realizar um levante militar. Este seria a base e o estopim da revolução aliancista. Esses planos conspiratórios foram feitos à revelia da direção da ANL. Além disso, o movimento amplo por mudanças, com forte apoio das camadas populares, promovido pela ANL não defendia o confronto armado com o governo. A conspiração do Partido Comunista tinha, assim, um caráter golpista desvinculado das condições reais do movimento.

O governo, de seu lado, teve informações sobre a conspiração. Desse modo, tomou medida não só para provocá-la, mas para aproveitá-la e retomar o controle de toda a situação política. Entre 23 e 26 de novembro de 1935, quando os revoltosos começaram o levante em quartéis de Natal e Recife, a polícia desencadeou uma grande repressão contra os aliancistas de todo o país. Os levantes que ocorreram a seguir nas guarnições da praia vermelha e do campo dos afonsos, no Rio de Janeiro, também eram esperados pelo governo e foram rapidamente esmagados. Com isso, Getúlio chamou a si o comando da luta interna contra o comunismo, conquistou o apoio das elites a seu governo e decretou estado de guerra em março de 1936. Daí em diante, passou a conspirar para implantar um regime de ditadura, o Estado Novo (POMAR, 1999, p.17).

a) A Constituição de 1934

Neste item entenderemos melhor as ideias e os princípios que nortearam a constituição de 1934.

No que diz respeito aos Direitos Trabalhistas, a constituição regulamentou, a partir da luta das classes trabalhadoras:

- O salário mínimo.
- A jornada de trabalho não superior a 8 horas.
- A proibição de trabalho para menor de 14 anos.
- As férias anuais remuneradas.
- Indenizações nas demissões sem justa causa.

No que diz respeito ao voto, podemos destacar que:

- O voto secreto era para os candidatos aos poderes Executivo e Legislativo.
- As mulheres adquiriram o direito de voto, fato que representou o coroamento da luta levada a cabo pelas mulheres em todo o Brasil.
- Permaneciam sem direito ao voto os militares até o posto de sargento, analfabetos e mendigos.
- Criação de uma justiça eleitoral independente para cuidar do bom andamento das eleições.

Os direitos trabalhistas fundamentais estavam ali resguardados, bem como algumas conquistas de determinados setores da sociedade. Ainda, vale destacar que nesse documento optou-se pelo nacionalismo, ou seja, pelo viés de proteção das riquezas naturais do país. Outro aspecto importante de frisar é que a indissolubilidade do casamento foi mantida, não cedendo à pressão de segmentos sociais que desejavam a institucionalização do divórcio (só conseguiremos isso em 1977). Por fim, e não menos importante, ficou estabelecido que o primeiro presidente da República após essa constituição seria eleito pelo voto indireto, ou seja, pelos membros da Assembleia Constituinte. Como já sabemos, Vargas saiu vitorioso com 175 votos contra 59 votos obtidos pelo seu concorrente Borges de Medeiros.

Vale ressaltar a relação entre a Ação Integralista Brasileira (AIB), liderada por Plínio Salgado, com o governo. As forças direitistas no Brasil “levantaram a bandeira” de um estado autoritário, de combate ao liberalismo, ao socialismo e às sociedades secretas ligadas à maçonaria e ao judaísmo.

Nesse contexto, a nossa constituição recém promulgada previa a nova eleição presidencial para o ano de 1938. Em fins de 1936 diversos candidatos demonstravam interesse em participar da disputa eleitoral. Vejamos o desencadeamento político dessas diferentes vontades.

b) A constituição de 1937 e os ares autoritários do governo

Vargas procurou, ao longo de 1937, eliminar os seus opositores por meio do sistema de interventores nos Estados. Ao final desse ano o sistema secreto brasileiro anunciou a existência de um plano comunista para tomada do poder e acabar com o regime democrático brasileiro. Em seguida o estado de sítio, para a região sul do país foi decretado.

O Plano foi denominado como Plano Cohen, mas, na realidade, era uma farsa com ajuda dos integralistas para se livrarem dos adversários do governo. Segundo Cotrim, no dia 10 de novembro de 1937, Vargas ordenou: o cerco militar ao Congresso Nacional e o fechamento do Legislativo. Ainda, outorgou uma nova Constituição para o país, substituindo a Constituição de 1934.

E como comunicar isso à nação? Isso é um golpe!

O rádio seria o veículo privilegiado para alcançar a todos no Brasil. O rádio havia chegado na maioria dos lares brasileiros e funcionava como um forte veículo de comunicação. O jornal também estampou esse momento. Vejamos um recorte do Jornal do Brasil de 11 de novembro de 1937:



Figura 40: Jornal do Brasil, 11 de novembro de 1937. "Falando pelo rádio à nação brasileira, o presidente Getúlio Vargas dá as razões das medidas tomadas pelo governo." Matéria acima da foto: "A constituição hoje promulgada criou uma nova estrutura legal, sem alterar o que se considere substancial nos sistemas de opinião e manteve a forma democrática, o processo representativo e a autonomia dos Estados, dentro das linhas tradicionais da federação orgânica".

Fonte: <http://www.jblog.com.br/hojenahistoria.php?blogid=57&archive=2007-11> Acesso em 31/03/2011.

A Constituição que o então presidente comunica à nação pelas ondas do rádio, em 1937, possuía aspectos fascistas e ficou conhecida como a constituição "polaca". Esse termo advém do fato de ela ser inspirada na constituição da Polônia, que é fascista. Esta Constituição foi escrita por Francisco Campos e aprovada anteriormente pelo ministro Guerra, o General Eurico Gaspar Dutra e pelo próprio Getúlio Vargas.

Vejamos as características dessa nova Constituição:

- Os partidos políticos foram extintos e as eleições foram suspensas.
- Ao presidente cabia a autoridade suprema do Estado.
- O mandato de presidente seria de 6 (seis) anos.
- O restabelecimento da pena de morte, a qual tinha sido abolida na constituição de 1891.
- A instauração da censura por meio da criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).
- Os estados brasileiros perderam sua autonomia política.
- As greves e o direito de manifestação contra o governo foram proibidos.

PARA REFLETIR

A classe operária no Brasil começa a se desenvolver no final do século 19, resultado das transformações econômicas, sociais e políticas da época. O modelo agrário-exportador, baseado na produção de café, ganhou nova força ao se deslocar do Vale do Paraíba para o Oeste Paulista, criando as condições para a constituição do capital industrial e do trabalho assalariado no Brasil. A mão-de-obra escrava foi sendo substituída pela europeia, atraída para trabalhar nas fazendas e nas indústrias que se desenvolviam nas cidades. Os primeiros núcleos operários surgiram principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, formados em sua maioria por imigrantes vindos da Itália, Espanha e Portugal.

As condições de vida e de trabalho eram extremamente difíceis. Os salários eram baixos e as jornadas de trabalho eram de 12 a 15 horas por dia, sem direito ao descanso nos finais de semana e feriados. Sem contratos de trabalho, as demissões aconteciam verbalmente e a qualquer momento.

Os patrões não se responsabilizavam por doenças ou acidentes de trabalho. Nas fábricas, os operários recebiam ameaças, castigos e multas. Quando alguém ficava doente era socorrido por meio de listas. Os aluguéis eram caros e vivia-se em cortiços sem água, luz e esgoto, geralmente perto das fábricas.

Fonte: http://www.agendasindical.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=34:does-the-pdf-icon-render-pictures-and-special-characters&catid=35:artigos&Itemid=55
Acesso em 15/03/2011.

Vale destacar que dificilmente um presidente se manteria no poder por tanto tempo sem que tivesse, de algum modo, aprovação popular. Vargas será deposto somente em 29 de outubro de 1945. Longo tempo de regime ditatorial no país, o qual estudaremos no próximo item.

4.3 O Estado Novo Varguista (1937-1945)

a. aspectos políticos

O período histórico conhecido como Estado Novo estende-se de 1937 a 1945, sob liderança de Getúlio Vargas. Como já dissemos, o suposto plano Cohen dos comunistas para tomarem o poder acelerou as condições para o estabelecimento de um governo ditatorial.

Em 1937, o então capitão integralista Mourão Filho entrega ao General Góis Monteiro um falso plano comunista para tomada do poder. Diante dessa ameaça e a previsão de eleição no Brasil (marcada pela Constituição de 1934) para o ano de 1938, Vargas, com apoio das forças armadas, fechou o congresso e instaurou o Estado Novo, não havendo qualquer contestação.

O poder de instituição de interventores, através de decreto, modificou a cena política de então. O poder estatal agora ganhou tentáculos em todos os Estados e municípios. Os

comunistas e simpatizantes dessa ideologia foram os mais perseguidos pelo sistema instaurado por Vargas. Mas que sistema é que foi montado? Vamos entendê-lo melhor?

Visando controlar a imprensa e a propaganda foi criado o DIP (Departamento de Imprensa Propaganda) que tinha como objetivo realizar a propaganda do governo, bem como vigiar revistas e jornais. Desse modo, instaurada está a censura no governo Vargas: sem controle interno e sem instrumentos populares de denúncia.

O tripé no qual o governo estadonovista se apoiava era constituído pelo DIP, por uma Política Sindical e pela Repressão. Efetivaremos uma pesquisa para promover um debate no ambiente virtual a respeito da atuação governamental no que tange a esse “tripé”

b. Sindicatos, leis e direito dos trabalhadores

Outra questão fundamental a ser discutida nesse item é a mensagem que podemos perceber na charge em destaque. A sua intencionalidade é a de criticar a noção de sindicato corporativista. Vamos pensar melhor sobre essa questão.

Antes mesmo de Vargas chegar ao poder vimos que havia grande pressão para que fossem urdidas leis trabalhistas justas no Brasil. A grande intenção e ação do governo foi exatamente se antecipar aos movimentos e protestos do povo. Nessa medida foi criado o Ministério do Trabalho, em 1930, que logo regulamentou que o horário de trabalho seria de

8 horas diárias, instituiu o salário mínimo (em 1940) e regulamentou as férias anuais dos trabalhadores. Segundo Pomar (1999), o governo estendeu o direito de férias aos empregados na indústria e nos portos, criou os Institutos de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, Bancários e Industriários. Ainda, assegurou estabilidade de emprego para os operários que completassem dez anos de serviço na mesma empresa. A carteira de trabalho passa a ser obrigatória. Assim, em 1943, de modo definitivo, as leis são consolidadas na chamada CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas).



◀ Figura 41: Charge "Teatrinho do pai dos pobres: Vamos brincar de sindicalismo?" (s/d)

Fonte: http://2.bp.blogspot.com/_aBNSahGm1r8/SxS XeRFKZ5I/AAAAAAAAABU /WDHPWuwVISE/s320/vargas+sindicalismo.jpg
Acesso em 15/02/2011.

Sempre que o assunto é Getúlio Vargas e o seu governo, uma polêmica se coloca: ele foi o pai dos pobres ou teve que ceder às exigências dos trabalhadores? Em outras palavras: o governo varguista concedeu como um grande pai os direitos da classe trabalhadora ou esta classe conquistou, paulatinamente, os direitos adquiridos durante esse governo? Os trabalhadores e sindicatos não passavam de marionetes? Vejamos:

O historiador Boris Fausto analisou a construção dessa imagem de Vargas como 'pai dos pobres', anotando que as várias cerimônias e festas, especialmente as do dia 1º de maio (dia do trabalhador), eram cuidadosamente preparadas e nelas, sempre, o presidente anunciava a criação de alguma medida favorável aos trabalhadores. Com isso, conseguiu-se construir a imagem do presidente como 'amigo e pai', a quem se devia fidelidade e apoio (FARIA, 2009, p. 279).

Não há como negar os diversos instrumentos utilizados pelo governo visando conquistar as mentes e corações dos cidadãos daquele tempo. O fato de falar no rádio iniciando com o termo "trabalhadores do Brasil...", o uso de imagens em tamanhos enormes, as faixas que muitos trabalhadores expunham em desfiles oficiais, a atuação do DIP, etc, isso não pode invalidar a luta dos trabalhadores e colocá-los numa situação completamente subalterna à ação estatal. Certamente o Estado tentou (e em alguns casos até mesmo conseguiu) cooptar os trabalhadores, que afinal lutavam por condições dignas de trabalho. A luta da classe trabalhadora ou o trabalhismo, a nosso ver, não pode ser subjugado a um simples teatro de marionetes.

Visto desse modo, vale destacar para vocês que o medo - por parte do governo - relativo ao crescimento de adeptos ao ideal comunista era grande, dado que o temor era de o Partido Comunista tornar-se majoritário entre os trabalhadores. Houve sim pressão dos trabalhadores que, na visão do governo, deveriam se comportar como "filhos" obedientes. De todo modo, e feita a nossa consideração, chamamos a atenção para o fato de que muitos trabalhadores reconheciam esses esforços do governo e se sentiram satisfeitos com os avanços alcançados até o momento. Chamamos a sua atenção para a questão de não minimizarmos a atuação dos sindicatos como meros pelegos da ação estatal.

Todavia, como na passeata que observamos nessa figura, o “trabalhador também tem o seu lugar no Estado Novo” aponta para um Estado centralista e ditatorial. A ideia de um sindicalismo corporativista advém da influência da *Carta Del Lavoro* italiana, que organizava as categorias profissionais em sindicatos classistas, sendo proibida a livre iniciativa e outros sindicatos que não aqueles reconhecidos pelo Estado.

Figura 42: Manifesto no Rio de Janeiro, novembro de 1940, comemoração dos 10 anos do governo de Getúlio Vargas.

Fonte: [http://3.bp.blogspot.com/_8_4ETXbz8RM/Se52gPoCJ0I/AAAAAAAAIY/-J_VeTrDsw8/s320/cda_vargas\(trabalhadores_homenageiam\).jpg](http://3.bp.blogspot.com/_8_4ETXbz8RM/Se52gPoCJ0I/AAAAAAAAIY/-J_VeTrDsw8/s320/cda_vargas(trabalhadores_homenageiam).jpg) Acesso em 2/3/2011.



Como nos informa Pomar, os sindicatos de uma mesma categoria eram representados por uma federação no nível do Estado. Em nível nacional, essas federações reuniam-se em confederações. Os trabalhadores deixaram, nesse período, de se sustentarem por meio de mensalidades pagas por seus associados. O próprio governo sistematizou tal situação ao cobrar o imposto sindical “descontada em folha de pagamento dos trabalhadores, sindicalizados ou não”. Todavia, os sindicatos não tinham autonomia, pois, além de dependentes financeiramente do Estado, tinham que endereçar suas reivindicações ao Ministério do Trabalho. As negociações coletivas só poderiam ocorrer entre patrão e empregado uma vez ao ano (data-base) e cabia ao Ministério do Trabalho arbitrar os conflitos, podendo decidir em favor de uma ou de outra parte, usando o instrumento chamado de dissídio coletivo (POMAR, 1999, p.43-4).

Nesse panorama o nosso sindicalismo foi ganhando força e, ao mesmo tempo, uma política industrial foi sendo delineada. Vejamos no item seguinte.

4.4 Política industrial brasileira

Na figura destacamos para você a intenção de Vargas em ser fotografado em visita oficial a indústrias em São Paulo. Certamente não é pura e simplesmente uma visita. Como pano de fundo podemos analisar essa figura e pensar a respeito do que se quer valorizar nesse instante histórico do Estado Novo Varguista: a construção de um Estado industrializante. Neste item analisaremos as características de um Estado que assumiu a responsabilidade de racionalizar a economia, elevar a sua capacidade produtiva e a integrar o mercado nacional.

Nessa medida, o Estado Varguista foi essencialmente um Estado que interveio na economia visando ao desenvolvimento industrial do Brasil. Como é de se imaginar, para construir um Estado industrializante, era necessário apoiar a industrialização, mas, segundo o pensamento varguista, a valorização do nacional (caráter nacionalista) é essencial, quais sejam:

- Em 1930: Criação do Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio.
- Em 1930: Criação do Ministério da Educação e Saúde Pública.
- Em 1938: Criação do IBGE.
- Em 1940: Criação do salário mínimo.
- Década de 1940: Criação de um sistema de ensino nacional e do sistema “S” (SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural; SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio; SESC – Serviço Social do Comércio; SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo. SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; SESI – Serviço Social da Indústria; SEST – Serviço Social de Transporte; SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte).
- Predomínio de capital nacional nos investimentos brasileiros.
- Em 1941: Criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).
- Em 1942: Criação da Companhia Vale do Rio Doce.
- Em 1943: Criação da CLT.
- Em 1953: Criação da Petrobras.



◀ Figura 43. Visita do Pres. Getúlio Vargas ao Moinho Santista. 1939. Acervo Biblioteca Nacional.

Fonte: <http://www.portal-saofrancisco.com.br/alfa/historia-da-industria-brasileira/industria-brasileira-a-forca-do-brasil-1.php>
Acesso em 16/03/2011.

Segundo Flávio Versiani e Wilson Suzigan (*s.d*), foi devido à crise do setor agrícola e exportador ainda na década de 1920 que o processo de industrialização ganhou força. Em suas palavras:

A demanda de produtos manufaturados passou a crescer primordialmente em função da renda gerada nas atividades ligadas ao mercado interno, e o nível da renda foi sustentado por políticas macroeconômicas expansionistas implementadas em defesa do setor exportador. A proteção à indústria foi aumentada devido à desvalorização da taxa de câmbio, controle do mercado de câmbio e controles quantitativos das importações, impostos pela crise cambial. Com isso, a indústria passou a liderar o crescimento e a industrialização, avançou substituindo importações de bens de consumo e de alguns bens intermediários. Mais tarde, entre fins da década de 1930 e meados dos anos cinquenta, o Estado passou a financiar e a investir diretamente no desenvolvimento de algumas indústrias de insumos básicos (siderurgia, mineração, álcalis, petroquímica) e a reforçar a infra-estrutura (energia e transportes). É importante ressaltar, entretanto, que a ação do Estado em favor da industrialização nesse período não obedeceu a uma estratégia de desenvolvimento industrial. Isto só viria a ocorrer a partir da segunda metade da década de 1950 (VERSIANI; SUZIGAN, *s.d*, p.12).

As características da Política Industrial do período em voga podem ser destacadas a partir da política comercial e de proteção estatal, a qual se baseou na proteção da indústria no mercado interno. (VERSIANI; SUZIGAN, s/d, p.12). Outra característica a ser destacada é o investimento em uma política de crédito que pode ser entendido como o financiamento para os investimentos de caráter industrial, considerando que os bancos ainda não possuíam capacidade de financiamento a médio e longo prazo, coube ao Estado cumprir essa tarefa. Vejamos:

1. Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) do Banco do Brasil, criada em 1937. Embora tivesse por objetivo principal o financiamento à agricultura, teve importante participação no financiamento à compra de máquinas e equipamentos industriais em geral, e à implantação de algumas indústrias de insumos básicos como celulose e papel, alumínio e siderurgia (VILLELA E SUZIGAN, 1973, pp. 169-170);
2. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), criado em 1952. Voltado inicialmente ao financiamento dos investimentos em infra estrutura (energia e transportes), o BNDE se tornaria mais tarde na principal agência pública de financiamento para investimentos industriais (VERSIANI; SUZIGAN, s.d, p.14).

Outra característica da Política Industrial brasileira eram os **Ensaio de planejamento industrial** que consistia em algumas tentativas de planejamento da atividade industrial pode ser observada na constituição do Conselho Federal de Comércio Exterior (1934), a Coordenação da Mobilização Econômica (1942), o Conselho Nacional de política Industrial e Comercial (1944) e uma Comissão Mista Brasil e USA para o Desenvolvimento Econômico (1950). Soma-se a essa característica o fato de que o Estado era visto como produtor direto, ou seja, com a participação direta do Estado na condição de produtor, levou à implantação de algumas indústrias de base e de geração de energia. Nesse sentido, vejamos que

Os principais empreendimentos estatais (ou de economia mista) voltados à indústria nesse período foram:

1. No setor de mineração, a criação da Cia. Vale do Rio Doce, em 1942.
2. Na siderurgia, a fundação da Companhia Siderúrgica Nacional em 1941, e o controle acionário pelo Banco do Brasil em 1952, da Companhia Aços Especiais Itabira (ACESITA), fundada em 1944.
3. Na química, a criação da Companhia Nacional de Álcalis em 1943, para produção de barrilha e soda cáustica.
4. Na produção de motores pesados, com a criação da Fábrica Nacional de Motores em 1943; e
5. Na geração de energia elétrica, através da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, fundada em 1945 (VERSIANI; SUZIGAN, s.d, p.14) .

4.5 A crise do modelo autoritário: o fim da Era Vargas

Em 29 de outubro de 1945, Getúlio Vargas foi deposto pelos militares do principal cargo da política brasileira: o cargo da presidência do país. Mas como isso se processou? Analisaremos a década de 1940 para entendermos esse contexto histórico brasileiro.

Diante da segunda Guerra Mundial (1938 a 1945) a posição do presidente Getúlio foi ambígua. Havia uma simpatia do governo Vargas (e de muitos de seus militares) ao modelo de governo centralista e autoritário, como o de Hitler na Alemanha. O fato de os alemães terem interesses em realizar investimentos e acordos comerciais com o Brasil levou os Es-

tados Unidos a terem uma postura de maior aproximação com o Brasil.

O presidente norte americano Franklin Delano Roosevelt visitou o Brasil e fechou o seguinte acordo com os brasileiros: Natal, no Rio Grande do Norte, receberia uma base militar dos Estados Unidos, pois este ponto era o mais próximo da Europa, olhando a partir da América do Sul, no limite das terras brasileiras; em contrapartida, os norte americanos financiariam o dinheiro necessário para a construção da Companhia Siderúrgica (CSN) em Volta Redonda/Rio de Janeiro. Por esse acordo (Acordo de Washington) o Brasil forne-

ceu, além de base militar, borracha e minério de ferro para o esforço militar norte americano. Além de receber em troca o financiamento da CSN, recebeu crédito para recuperação de jazidas de ferro de Minas e da ferrovia do Vale do Rio Doce (POMAR, 1999).

Há que se lembrar que o Brasil participou diretamente da Segunda Guerra Mundial ao lado dos países aliados, em 1944. A participação brasileira, ainda que pequena - se considerarmos a guerra como um todo -, vale ressaltar que foi uma participação vitoriosa. Todavia, essa participação foi motivada, em especial, pelo ocorrido em 1942: navios brasileiros foram afundados por submarinos alemães. A população brasileira saiu às ruas inconformada com tal situação e exigiu a declaração de guerra aos países do eixo.

Todavia, o governo Vargas lidou com uma ambiguidade ainda maior em seu próprio território, qual seja: lutou contra os regimes autoritários na Europa, mas, no Brasil, destilava autoritarismo para governar. Essa situação foi ganhando força, complicando e o questionamento ao Estado Novo tornou-se inevitável. O manifesto dos mineiros de 1943 constituiu-se como um movimento importante de questionamento do Estado Novo Varguista, no que tange a essa ambiguidade. A Força Expedicionária Brasileira foi constituída em 1943 e participou da guerra na Itália, em 1944.

Dentro do próprio governo a situação também era difícil. Vargas decidiu demitir o seu Ministro do Exterior Oswald Aranha (este incitava a população a apoiar a participação brasileira na guerra) e outras pessoas defensoras do nazismo, como Francisco Campos (Ministro da Justiça) e Filinto Muller (Chefe de Polícia). Assim, fica evidente o acirramento das alas pró-Estados Unidos e pró-Alemanha dentro do governo brasileiro que se equilibra em corda bamba para dar conta das diferentes forças e tendências políticas que se digladiam dentro do poder.

A pressão pela democracia foi crescente e gerou diversas ações do governo na tentativa de permanecer no poder. As medidas tomadas foram:

- suspendeu a censura aos meios de comunicação;
- presos políticos foram anistiados;
- marcou as eleições para 2 de dezembro de 1945.

Novos partidos políticos surgiram e o quadro político em 1945 foi se desenhando da seguinte forma:

- A União Democrática Nacional (UDN) reuniu os setores de oposição ao governo cujo caráter era mais conservador. Defendiam o liberalismo econômico, a abertura do país ao capital externo e o fim da in-



tervenção estatal na economia.

- Sob inspiração Varguista, o Partido Social Democrático (PSD) reuniu as antigas oligarquias nesse partido.
- Os trabalhadores criaram o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).
- O Partido Comunista do Brasil (PCB) se legalizou e angariou uma quantidade significativa de trabalhadores que acreditavam nas ideias marxistas e criticavam os sindicatos como órgãos pelegos.
- Os integralistas reuniram-se em torno do Partido de Representação Popular (PRP), sem muito sucesso na cena política.

Getúlio procurava evitar um golpe e resolveu fundar o já dito PSD e lançar a candidatura de Dutra à presidência do País. Obteve apoio do PTB, que lançou a campanha da "constituente com Vargas". Além disso, o PTB atuou ativamente no movimento do "queremismo", que foi um movimento popular que usava o slogan "queremos Getúlio", para exigir a permanência de Vargas no poder. O PTB decidiu lançar o próprio Getúlio como candidato às eleições. Essa decisão deixou os setores militares temerosos. Vargas decidiu colocar o seu

▲
Figura 44: "As leis sociais com que o atual governo por iniciativa própria tem procurado amparar as classes trabalhadoras devem constituir motivo de orgulho para os brasileiros".

Fonte: http://4.bp.blogspot.com/_0Wc9EX9EBa0/SwtKgjfU7_I/AAAAAAAAAC0/Y-VGnMVz5GI/s400/get%C3%BAlio+vargas.jpg Acesso em 18/03/2011.

ATIVIDADES

Leia atentamente o item 4.5: A crise do modelo autoritário: o fim da Era Vargas e busque debater com os seus colegas no fórum da disciplina:

- Em nome de quais interesses o presidente Roosevelt veio visitar o Brasil?
- Qual e como foi a atuação dos militares no desfecho da Era Vargas em 1945?

irmão Benjamim Vargas (Bejo) como chefe de Polícia, deixando insatisfeitos os militares, pois o Bejo vivia em jogatinas, boates e cassinos, envergonhando, desse modo, as forças armadas. Esse fato foi o pretexto usado pelos militares para tirar Getúlio do poder em 29 de outubro de 1945. Desse modo, podemos afirmar que o Estado Novo chegava ao fim. Soma-se a tudo isso o fato de Vargas ter lançado uma lei que visava a proteger a economia nacional da ação dos monopólios (Lei Antitruste).

Os trabalhos na Constituinte e no Processo de Eleição foram encaminhados e, segundo FARIA (2009), candidataram-se Eurico Gaspar Dutra (apoiado pelo PTB e pelo PSD) vitorioso com 55% dos votos, o Brigadeiro Eduardo Gomes (apoiado pela UDN) que chegou à disputa com 35% dos votos e, por fim, ledo Fiúza (apoiado pelo PCB) que obteve 10% dos votos.

Desse modo, as luzes do Estado Novo foram apagadas. Eurico Gaspar Dutra inicia novo governo de 1946 a 1951. Constituiu um gover-

no conservador que podia contar com o apoio até mesmo da UDN.

Podemos destacar para esse momento de nossa história a construção de uma constituição que praticamente não teve influência direta do Executivo. A constituição de 1946 tinha os seguintes dispositivos:

- Necessidade de garantir os direitos individuais.
- Estabelecer autonomia, de modo amplo, dos diversos municípios do país.
- Estabelecimento do direito de greve e da legislação trabalhista Vargasista.
- Estabelecer que os trabalhadores poderiam participar do lucro das empresas (FARIA, 2009, p.283).

Após o mandato de Dutra, Vargas voltou ao poder eleito pelo povo, cumprindo um mandato de 1951 a 1954. O mandato que seria de 5 anos foi interrompido pelo próprio Vargas, quando ele suicidou-se em 24 de agosto de 1954. Café Filho, seu vice, terminou o mandato até 1955.



Figura 45:

Fonte: http://www.opopularns.com.br/upload/noticias/getulio_vargas.jpg Acesso em 13/04/2011.

Esse assunto será tratado diretamente em outra disciplina, qual seja, História do Brasil República II. Apenas desejamos comentar brevemente que João Goulart, o Ministro do Trabalho de Vargas, aprovou um aumento salarial de 100% aos trabalhadores, decisão mantida por Vargas, mas a demissão de Goulart foi inadiável. Ainda, há que se ressaltar o contexto ligado à tentativa de assassinato de Carlos Lacerda (jornalista e político ligado à UDN). Lacerda sobreviveu, mas um major da Aeronáutica (Rubens Vaz) que o acompanhou faleceu. O chefe da segurança de Getúlio foi acusado e indiretamente o presidente. De diversos setores da sociedade vinham pressão para que Vargas renunciasse ao poder. Ele não renunciou, mas matou-se em 24 de agosto de 1954.

Referências

ALDÉ, Lorenzo. **120 anos de República: por onde ela anda?** Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, ano 5, nº 50, novembro/2009, p.16-23.

COTRIM, Gilberto. **História Geral e do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2005.

DULCI, Otávio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

FARIA, Ricardo de Moura; MIRANDA, Mônica Liz e CAMPOS, Helena Guimarães. Estudos de História. Vol. 3. São Paulo: FTD, 2009.

GOMES, Ângela de Castro. Confronto e Compromisso no processo de constitucionalização (1930-35). In: FAUSTO, Boris (dir). **História Geral da Civilização Brasileira, III**. O Brasil Republicano: Sociedade e Política (1930-1964). 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrant Brasil, 2004, p. 9-75.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das Metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau (org). **História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: Os dirigentes e a organização. In: In: FAUSTO, Boris (dir). **História Geral da Civilização Brasileira, III**. O Brasil Republicano: Sociedade e Política (1930-1964). 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrant Brasil, 2004, p.363-443.

SAES, Décio A. M. Classe Média e Política no Brasil. In: FAUSTO, Boris (dir). **História Geral da Civilização Brasileira, III**. O Brasil Republicano: Sociedade e Política (1930-1964). 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrant Brasil, 2004, p. 449-506.

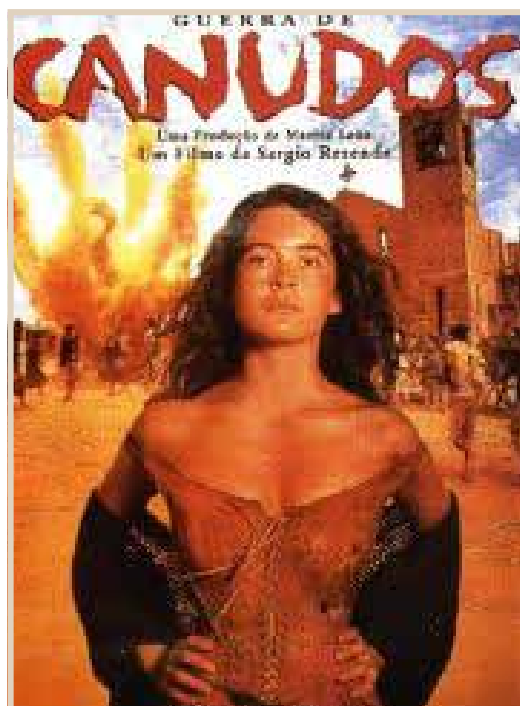
VERSIANI, Flávio & SUZIGAN, Wilson. **O processo brasileiro de industrialização: uma visão geral**.

<http://vsites.unb.br/face/eco/textos/industrializacao.pdf> Acesso em 1/04/2011.

Vídeos

Veja abaixo indicação de filmes relacionados ao conteúdo dessa disciplina. Como sabemos, o filme é uma criação livre e difere-se da história, todavia, contribui para que possamos entender melhor o que as pessoas pensam e querem “rememorar” sobre o passado de nossa sociedade.

Aproveitem os filmes! Bom cinema!



Título original: Guerra de Canudos

Lançamento: 1997 (Brasil)

Direção: Sérgio Rezende

Atores: José Wilker, Paulo Betti, Cláudia Abreu, Marieta Severo.

Duração: 169 min

Gênero: Drama

◀ Figura 46:

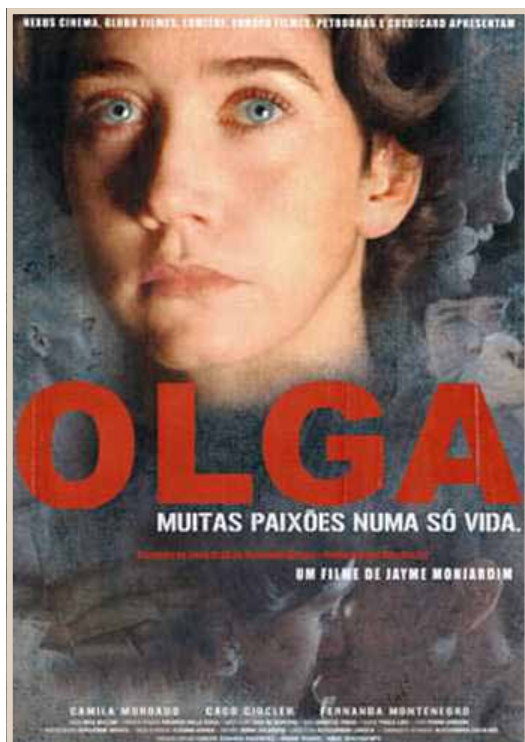
Fonte: [http://www.adorocinema.com/filmes/ guerra-de-canudos/](http://www.adorocinema.com/filmes/guerra-de-canudos/)

Figura 47: Filme da ►
Guerra dos Canudos

Fonte: http://www.achetudoeregiao.com.br/atr/Guerra_de_canudos.htm



Sinopse: Em 1893, Antônio Conselheiro (um monarquista assumido) e seus seguidores começam a tornar um simples movimento em algo grande demais para a República, que acabara de ser proclamada e decidira por enviar vários destacamentos militares para destruí-los. Os seguidores de Antônio Conselheiro apenas defendiam seus lares, mas a nova ordem não podia aceitar que humildes moradores do sertão da Bahia desafiassem a República. Assim, em 1897, esforços são reunidos para destruir os sertanejos. Estes fatos são vistos pela ótica de uma família, que tem opiniões conflitantes sobre Conselheiro.



Título original: Olga
Lançamento: 2004 Brasil
Direção: Jayme Monjardim
Atores: Camila Morgado, Caco Ciocler, Luís Mello, Eliane Giardini.
Duração: 141 min
Gênero: Drama

Figura 48: Filme Olga.

Fonte: <http://www.adoro-cinema.com/filmes/olga/trailers-e-imagens/#35189>



Figura 49

Fonte: <http://www.adoro-cinema.com/filmes/olga/trailers-e-imagens/#35189>

Sinopse: Olga Benário (Camila Morgado) é uma militante comunista desde jovem. Perseguida pela polícia, foge para Moscou, onde faz treinamento militar. Lá ela é encarregada de acompanhar Luís Carlos Prestes (Caco Ciocler) ao Brasil para liderar a Intentona Comunista de 1935, apaixonando-se por ele na viagem. Com o fracasso da revolução, Olga é presa com Prestes. Grávida de 7 meses, é deportada pelo governo Vargas para a Alemanha nazista e tem sua filha Anita Leocádia na prisão. Afastada da filha, Olga é então enviada para o campo de concentração de Ravensbrück.

Além de sugerirmos os filmes A Guerra de Canudos e Olga, desejamos que você explore a internet e, em especial, o site “domínio público” e baixe os filmes documentários disponibilizados pelo Ministério da Educação do Brasil .

O link é: <http://www.dominiopublico.gov.br>.

Após abrir o site faça a busca selecionando pelo menos os campos no menu lateral esquerdo:

Tipo de mídia: "selecione vídeo"

Categoria: "TV Escola -História"

Sugerimos para você alguns deles que você poderá baixar gratuitamente do referido site.

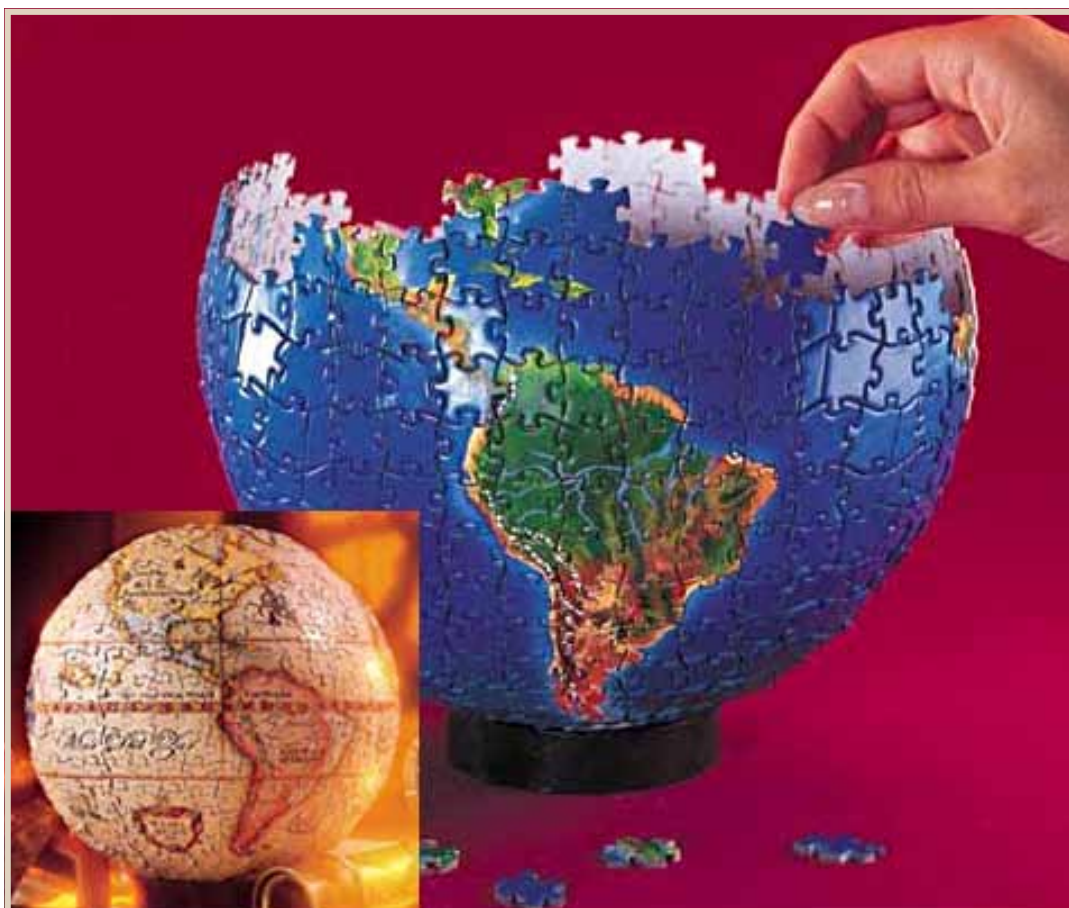
QUADRO 4: Lista de filmes/documentários livres para download.

1.	A Era Vargas. (Brasil 500 anos: o Brasil-república na TV)	32.44 MB
2.	A Era Vargas. (História do Brasil por Boris Fausto)	43.07 MB
3.	A modernidade chega a vapor. (Brasil 500 anos: o Brasil-império na TV)	23.93 MB
4.	Canudos e Contestado: guerra de Deus e do Diabo. (Brasil 500 anos: o Brasil-república na TV)	32.53 MB
5.	Da Nova República ao Real. (Brasil 500 anos: o Brasil-república na TV)	33.81 MB
6.	José F. Nascimento, Dragão do Mar - Milton Gonçalves	3.29 MB
7.	O puxa-encolhe da borracha. (Brasil 500 anos: o Brasil-república na TV)	22.24 MB
8.	O reino do café. (Brasil 500 anos: o Brasil-império na TV)	27.86 MB
9.	República Velha. (História do Brasil por Boris Fausto)	44.06 MB

Fonte: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/ResultadoPesquisaObraForm.do?first=50&skip=0&ds_titulo=&co_autor=&no_autor=&co_categoria=106&pagina=1&select_action=Submit&co_midia=6&co_obra=&co_idioma=&colunaOrdenar=null&ordem=null

Resumo

Chegamos ao final de nossa disciplina. Nossa tarefa foi a de montar um quebra-cabeça a partir de nosso objetivo maior. Eu diria que, em vez de resumo da disciplina, chamaríamos esse item de “A cara do nosso quebra-cabeça”.



◀ Figura 50: Quebra cabeça.

Fonte: http://micromacropuzzle.blogspot.com/2009_06_01_archive.html Acesso em 24/04/2010.

Certamente você observou que o nosso objetivo foi entabular um diálogo a respeito da conformação de nossa história no período que se estende de 1889 a 1945. Nessa construção e, até mesmo desconstrução, fomos observando “as cores” de nosso passado, além de observar que, ao construir a história, “peças ainda ficam espalhadas pelo chão”.

Penso que as peças do chão representam o nosso papel de buscar encaixá-las e compreendê-las num processo histórico de nosso viver.

Você estudou diversas peças que se encaixaram no quebra-cabeças que os historiadores vivem montando ao longo do tempo. Você viu como a peça do coronelismo, os movimentos sociais, o autoritarismo, as revoltas no campo, a cultura política e tantas outras, foram se encaixando no fazer de nossa história. Sabemos que ainda existem peças a serem encaixadas.

Podemos afirmar que o modo pelo qual os diferentes sujeitos sociais se fizeram pre-

sentes em seu tempo são apreendidos pelo historiador e socializados nas pesquisas, nos grupos de estudos, nas rodas de conversas, nas salas de aulas presencial e virtual, enfim, para parafrasear Milton Nascimento, nos “bailés da vida”. Buscando apreender essa dança de nossa história no período de 1889 a 1945 é que esse material didático tem sentido de ser.

A tessitura do encaixe das peças, do próprio material de tais peças de nosso quebra-cabeças e o modo como o compreendemos e o interpretamos é tarefa que você, estudante de História da UAB/ Unimontes, poderá ocupar/construir ao discutir futuramente com os seus alunos.

Para tanto, durante o período de estudo dessa disciplina, você discutiu na primeira unidade “A República no Brasil: do início à consolidação” como os diferentes diálogos do poder ocorreram no Brasil, analisou o questionamento acerca do povo e de sua atuação na arena

política, bem como a discussão sobre a formação e a consolidação da Primeira República brasileira.

A segunda unidade desse caderno didático trouxe importantes discussões para a sua formação, no que tange ao “O coronelismo e a República Velha”, dando vazão a diferentes questões sobre a atuação dos coronéis, sobre a sociedade que se formou no Brasil na época de grande produção do café e da borracha, bem como os ideais modernos veiculados no Brasil na *belle époque*.

Durante a terceira unidade estudamos “A transição para o Governo Vargas”, debruçamos sobre as contestações sociais desse período, as revoltas urbanas, os movimentos operários e destacamos a década de 20, com o período

fundamental, quando operaram mudanças no país capazes de marcarem a nossa História.

Na quarta unidade intitulada “O Governo de Vargas entre 1930 e 1945”, estudamos a ascensão de Vargas ao poder enfatizando o governo constitucional e alguns aspectos do Estado Novo. Falamos ainda sobre a política industrial brasileira e a crise do modelo autoritário levado a cabo no período em questão.

Todos esses capítulos certamente foram associados a uma rotina de estudo na qual você não pode deixar de participar dos fóruns, de visitar *sites* das universidades e assistir aos filmes sugeridos. Essas ações ampliarão o seu olhar crítico, tão importante ao professor de História/historiador. Bom estudo!

Profª Dayse Lúcida Silva Santos

Referências

Básicas

ABREU, Martha & MARZANO, Andrea. Entre palcos e músicas: caminhos de cidadania no início da República. In: CARVALHO, José Murilo de & NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira (orgs). **Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p.123-49.

ARAÚJO, Jorge Zeidan. As correntes republicanas e o imaginário republicano à época da Proclamação de 1889: concepções e disputas. *Revista Urutágua – Acadêmica Multidisciplinar DCS/UEM*. N 20, Jan./Fev./Mar./Abril de 2010. ISSN. 1519.6178

CARDOSO, Fernando Henrique. Dos governos militares a Prudente-Campos Sales. In: FAUSTO, Boris (dir). **O Brasil Republicano. Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)**. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrant Brasil, 2004, p.15 a 50. (História Geral da Civilização Brasileira, t.3, v.1)

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual**. *Dados* [online]. 1997, 16p. v. 40, n.2 ISSN 0011-5258. doi: 10.1590/S0011-52581997000200003. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci_arttext Acesso em 10/06/2010.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3ed. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

FAUSTO, Boris (dir). **O Brasil Republicano. Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)**. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrant Brasil, 2004. (História Geral da Civilização Brasileira, t.3, v.1)

FAUSTO, Boris (dir). **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano: Sociedade e Política (1930-1964)**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrant Brasil, 2004. (História Geral da Civilização Brasileira, t.3, v.2)

GOMES, Ângela de Castro. **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

MALLMANN, Marcela Cockell. **Pelos Becos e Pela Avenida da Belle Époque Carioca**. Revista Solettras, ano X, nº 20, jul./dez.2010. São Gonçalo: UERJ, 2010.

PATTO, Maria Helena Souza. **Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres**. *Estud. av.* [online]. 1999, v.13, n.35, pp. 167-198. ISSN 0103-4014.

POMAR, Wladimir. **A era Vargas: a modernização conservadora**. São Paulo: Ática, 1999.

QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. O Coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (dir). **O Brasil Republicano. Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)**. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p.155 a 190. (História Geral da Civilização Brasileira, t.3, v.1)

SAES, Décio A. M. Classe Média e Política no Brasil. In: FAUSTO, Boris (dir). **História Geral da Civilização Brasileira, III. O Brasil Republicano: Sociedade e Política (1930-1964)**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrant Brasil, 2004, p. 449-506.

SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina: Mentes Insanas em Corpos Rebeldes**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SEVCENKO, Nicolau (org). **História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Elites políticas mineiras na Primeira República Brasileira: um levantamento prosopográfico.** História. Rio Grande do Sul: São Leopoldo, v. 5, n. 4, p. 243-260, 2001. Disponível em <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/1/s11a2.pdf> Acesso em 15/07/2011.

Complementares

ALDÉ, Lorenzo. **120 anos de República: por onde ela anda?** Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, ano 5, nº 50, novembro/2009, p.16-23.

BICHARA, Conrado Ferranti. Resistência na veia. *Revista Desvendando a História*. São Paulo, ano 3, nº15, 2007, p.33-39.

BRASIL. **Constituição da Republica Brasileira**, 1891. Diário Oficial da União de 1891.

BUONICORE, Augusto. **A proclamação da República**. Disponível em <http://www.contee.org.br/noticias/artigos/art564.asp> acesso em 17/11/2011.

CAMPOS, Simone Martinoli Madeira. **Espaço Nacional e Amazônia**. 2003, p. 21. (mimeo)

CAMPOS, Simone Martinoli Madeira. **Espaço Nacional e Amazônia**. Disponível em: http://www.usp.br/fau/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossie/martinoli04-amazonia/Espaco-nacional-e-Amazonia.pdf Acesso em 16/02/2011.

CARDOSO, Fernando Henrique. Dos governos militares a Prudente-Campos Sales. In: FAUSTO, Boris (dir). **O Brasil Republicano. Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)**. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrant Brasil, 2004, p.15 a 50. (História Geral da Civilização Brasileira, t.3, v.1)

CARNEIRO, Paulo. Um panorama das conquistas sindicais. In: KUPSTAS, Márcia (org). **Trabalho em Debate**. São Paulo: Editora Moderna, 1997.

CARONE, Edgard. **A República Velha** (instituições e classes sociais). São Paulo: Difel, 1972.

CHALLOUB, Sidney. **Cidade Febril: Cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CLEMENTE, Marcos Edilson de Araújo. **Cangaço e Cangaceiros: Histórias e Imagens fotográficas do tempo de Lampião**. Revista de História e Estudos Sociais. Out a Dez/2007, ano 4, v.4, n.4.

COTRIM, Gilberto. **História Geral e do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2005.

CUNHA, Euclides. Os sertões. São Paulo: Abril, 1989.

DE DECCA, Edgar S. **1930: o silêncio dos vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DEL RIO, J. M. V. Etnografia das Fronteiras políticas e sociais na Amazônia ocidental. Cadernos Críticos de Geografia Econômica, v.13, n.292. 1/jun/2009.

DIAS, Everardo. **História das Lutas Sociais no Brasil**. 2. ed., São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

DOIN, José Evaldo de Mello; PERINELLI NETO, Humberto; PAZIANI, Rodrigo Ribeiro e PACANO, Fábio Augusto. **A Belle Époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no Mundo do Café (1852-1930)**. *Rev. Brasileira de História*. [online]. 2007, vol.27, n.53, pp. 91-122. ISSN 0102-0188.

DORATIOTO, Francisco. Projeção brasileira na América do Sul. *Nossa História*. Ano 3, n.25, Nov/2005, p. 24-7

DULCI, Otávio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

FARIA, Ricardo de Moura; MIRANDA, Mônica Liz e CAMPOS, Helena Guimarães. *Estudos de Histó-*

ria. v. 3. São Paulo: FTD, 2009.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2006.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília (orgs). **O Brasil Republicano**. V. 1 e 2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

FOLHA de São Paulo, Editorial: **O Sarampo Antropofágico**. 15 de maio de 1978. Disponível em <http://almanaque.folha.uol.com.br/semana22.htm#> Acesso em 20/04/2011.

GOMES, Ângela de Castro. Confronto e Compromisso no processo de constitucionalização (1930-35). In: FAUSTO, Boris (dir). **História Geral da Civilização Brasileira, III**. O Brasil Republicano: Sociedade e Política (1930-1964). 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrant Brasil, 2004, p. 9-75.

IPANEMA, Rogéria Moreira de. Rir para não chorar. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, Ano 5, Nº 54, Março/2010, p.68-73.

KONDER, Leandro. **As idéias socialistas no Brasil**. São Paulo: Moderna, 1995.

KOSHIBA, Luís e PEREIRA, Denise M. F. **História do Brasil**. São Paulo: Editora Atual, 1996.

LOURENÇO, Elaine. A epopéia Amazônica. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, ano 1, nº10, Maio-julho/2010, p.21-28.

LUZ, Ângela Ancora da. Reflexos da lavoura. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, ano 57, Junho/2010, p. 36-41.

MAGNOLI, Demétrio. Um Ilha chamada Brasil. *Nossa História*. Ano 3, n.25, Nov/2005, p. 14-19.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das Metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau (org). **História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

MIRANDA, Celso. Rio: Cidade Doente. **Revista Aventuras na História**. São Paulo, nº 15, novembro/2004, p.46-51.

MOTA, Miriam & BRAICK, Patrícia. **História das Cavernas ao terceiro milênio**. São Paulo: Moderna, 2005, volume 3.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. De ingênuo a rebelde. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, Ano 6, Nº 62, Novembro/2010, p.24-27.

QUEIROZ, Marçal de Queiroz. A administração provincial do Grão-Pará e as propostas de imigração, colonização e povoamento do Vale Amazônico (1875-1889). In: COELHO, Mauro Cezar (org). **Meandros da História**. Belém: Unamaz, 2005, p. 248-70.

RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: Os dirigentes e a organização. In: In: FAUSTO, Boris (dir). **História Geral da Civilização Brasileira, III. O Brasil Republicano: Sociedade e Política** (1930-1964). 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrant Brasil, 2004, p.363-443.

SANGLARD, Gisele. O mecenato da cura. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, ano 1, nº10, Maio-julho/2010, p.29-33.

SANTOS JUNIOR, Paulo Marreiro dos. **Manaus da Belle Époque: um cotidiano em tensão. A Utopia da Modernidade na cidade disciplinar de 1890 a 1920**. Revista Eletrônica Cadernos de História. Ano 2, n.1, março 2007, ISSN 19800339. Disponível em : <http://www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria/download/CadernosDeHistoria-03-08-Livre.pdf> Acesso em 16/02/2011.

SANTOS JUNIOR, Paulo Marreiro dos. **A imposição da modernidade na Manaus da Borracha**. Cadernos de Pesquisa CDHis – n 36/37, ano 20, p.119-31, 2007. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/viewFile/1208/1075> Acesso em 16/02/2011.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças**. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil de 1870-1930. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

VERSIANI, Flávio & SUZIGAN, Wilson. **O processo brasileiro de industrialização: uma visão geral**. <http://vsites.unb.br/face/eco/textos/industrializacao.pdf> Acesso em 1/04/2011.

Suplementares

WIRTH, John. **O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937)**, Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.

SILVA, Vera Alice C. O significado da participação dos mineiros na política nacional, durante a Primeira República. IN: MONTEIRO, Norma de G. (org.) **V Seminário de Estudos Mineiros**, Belo Horizonte: UFMG, 1982, pp.145-163.

RESENDE, Maria E. L. de. **Formação e estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM. 1889-1906**. Belo Horizonte: UFMG, 1982.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões-Campanha de Canudos**. São Paulo: Ática, 2001.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2001.

SCHWARTZ, Lilia Moritz. Dando nome às diferenças. IN: SÂMARA, Eni de Mesquita (org.). **Racismo & Racistas: trajetória do pensamento racista no Brasil**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001, pp.9-43.

VILLA, Marco Antonio. **Canudos - o povo da terra**. São Paulo: Ática, 1995.

Atividades de Aprendizagem - AA

1) Analise a figura.



◀ Figura 51: Óleo sobre tela de Benedito Calixto (1853-1927), Proclamação da República, 1893.

Fonte: http://2.bp.blogspot.com/_AxCu-BauIBF0/SSAAnUdC4eI/AAAAAAAAA-s/E9q8bGp7X-w/s1600/proclama%C3%A7%C3%A3o+da+república.jpg acesso 22/12/2010.

Com base na figura e no material didático que discute o contexto histórico da Primeira República, assinale a alternativa CORRETA.

- a. () Esta figura possui uma representação pouco valorizada em nossa história, pois repete a ideia de que a realidade social brasileira permanece monarquista.
- b. () Esta figura demonstra a participação popular no evento da Proclamação da República, reforçando exatamente esse ideal.
- c. () Esta é uma figura que demonstra o olhar dos Republicanos sobre o evento da Proclamação, buscando valorizar a participação das forças armadas nesse evento político.
- d. () Esta figura aponta para a ideologia neomarxista apresentada na República Velha, notadamente com Deodoro da Fonseca.

2) O início do período republicano no Brasil apresentou diversas características, EXCETO

- a. () Nos primeiros tempos podemos observar que a população civil logo se rebelou ao poder republicano, criando uma situação insustentável no país, como é o caso da Revolução de 30.
- b. () Nos primeiros tempos predominaram os militares, como é o caso de Deodoro e Floriano, mas, a partir de Prudente de Moraes, instituiu-se uma República civil.
- c. () Houve uma descentralização dos poderes, das atribuições e dos direitos dos Estados, que ganharam autonomia.
- d. () A Constituição Republicana de 1891 adotou o modelo da República Federativa, isto é, o Brasil foi dividido em vários Estados, reunidos numa Federação.

3) Leia o texto:

“Uma vez numa cidade
Lampião apareceu
Cinco rapazes pegou
E de punhal abateu
Tirando o sangue de um deles
Um de seus cabras bebeu.
Um rapaz que estava noivo
Num esteio ele amarrou
A noiva fez ficar nua
Com ferro em brasa a marcou
E ao noivo desesperado
O criminoso castrou”.

(Combate e morte de Lampião, de Zé Vicente)

Esse trecho é parte constituinte de literatura de Cordel comum em Pernambuco, Paraíba e Ceará. Sobre o conteúdo e o contexto histórico retratado no cordel, é INCORRETO afirmar que

- a. () Lampião era temido e suas façanhas eram contadas e recontadas pelo sertão.
- b. () Lampião foi o único cangaceiro de que podemos comprovar a sua existência histórica.
- c. () Lampião teve as suas façanhas refletidas pelo medo e pela admiração da mentalidade popular.
- d. () Lampião e seu bando conheciam muito bem a caatinga.

4) Analise a figura.



A figura representa Marianne, símbolo da República Francesa, representada por Eugène Delacroix em “A liberdade Guiando o Povo”. A respeito dessa figura e o uso de sua representação no Brasil podemos afirmar que

- a. () a imagem feminina da República foi largamente usada e apropriada pelos populares no Brasil da República Velha.
- b. () a imagem de Mariane representou bem a noção de República para o Brasil, que via na figura feminina o ideal forte de mulher.
- c. () a imagem feminina no Brasil para a República foi muito mais adequada que a de Tira-dentes, por exemplo.
- d. () a imagem feminina usada nas representações republicanas não representa, necessariamente, a imagem de República Velha que se construiu no Brasil.

5) Analise a figura.



Figura 52: Charge do Jornal O Malho, 1901.

Fonte: http://3.bp.blogspot.com/_39ephwOkYhQ/SSN6UmcliKI/AAAAAAABABM/6Df5dXwL_cQ/s400/charge_g.jpg

A respeito da Charge publicada no jornal carioca "O Malho" de 1901, tecendo críticas à República nascente no Brasil, é CORRETO afirmar que

- a. () O Atlas da República são os marinheiros, especialmente aqueles envolvidos na Revolta da Chibata.
- b. () O Atlas da República nascente é o povo que carrega a sobrecarga das mazelas sociais e políticas do país.
- c. () O Atlas da República nascente são os militares que lutaram bravamente para instaurar a República.
- d. () O Atlas da República é o governo que luta pela ordem e o progresso no Brasil de muitos contrastes.

6) Assinale a alternativa que NÃO ESTÁ relacionada à ideia de coronelismo:

- a. () As relações estabelecidas entre os atores políticos na concessão de benefícios públicos.
- b. () Os mandões, os chefes e indivíduos que detinham algum controle de recurso estratégico.
- c. () As redes clientelares pouco ou nada influenciaram na definição do coronel.
- d. () Os mandões eram os potentados que possuíam estratégias de poder sob seu eleitorado.

7) Assinale a alternativa INCORRETA a respeito da Revolução de 1930:

- a. () O assassinato de João Pessoa teve grande impacto nesse evento.
- b. () As greves de 1917 geraram essa revolução.
- c. () A revolução de 1930 ocorreu, apesar da pouca atuação dos comunistas.
- d. () A revolução foi gerada pela Crise de 1929.

8) Analise a figura.

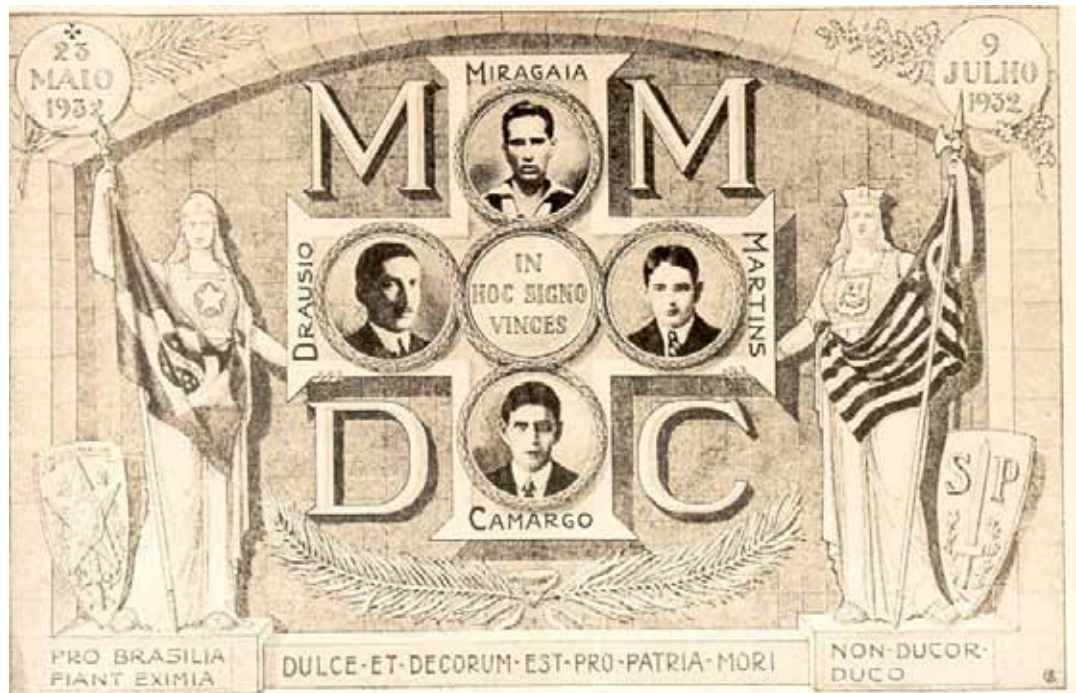
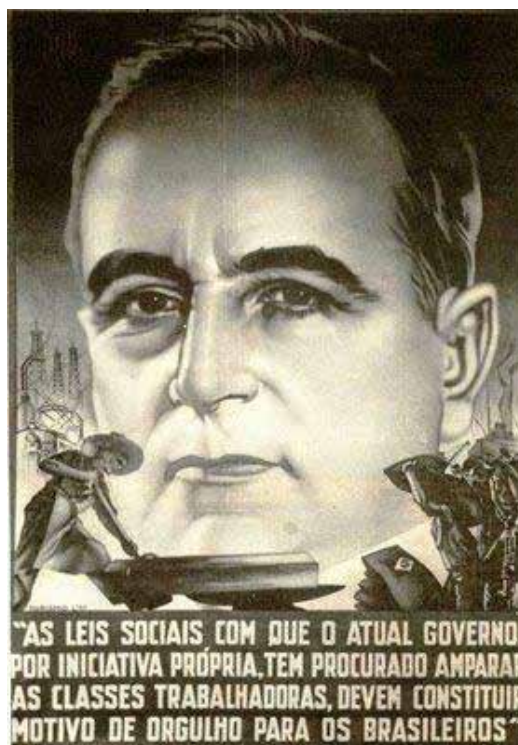


Figura 53: Imagem do MMDC em Cartão Postal, 1932 – São Paulo. CPDOC/Roberto Costa. (MMDC: Marins, Miragaia, Dráusio e Camargo)
Fonte: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RevConstitucionalista32>

A figura trata do movimento constitucionalista paulista de 1932. A respeito desse episódio é CORRETO afirmar:

- ☐ Os constitucionalistas paulistas foram fundamentais no apoio a Vargas e, para tal, lançaram mão desse tipo de panfletagem.
- ☐ Os constitucionalistas paulistas eram pacíficos e protestaram apenas via cartazes, sem conseguir chegar efetivamente à luta armada.
- ☐ Os constitucionalistas paulistas protestaram contra o governo de Washington Luís, visando impedir a convocação de uma Assembleia Constituinte.
- ☐ Os constitucionalistas paulistas produziram armas, bombas, máscaras de gás, lança-chamas e capacetes por meio de suas indústrias.

9) Analise a figura.



“As leis sociais com que o atual governo por iniciativa própria tem procurado amparar as classes trabalhadoras devem constituir motivo de orgulho para os brasileiros”.

Fonte: http://4.bp.blogspot.com/_0Wc9EX9EBa0/SwtKgjfU7_I/AAAAAAAAAC0/Y-VGnMVz5GI/s400/get%C3%BAlio+vargas.jpg Acesso em 18/03/2011.

A respeito da figura, bem como os seus dizeres e representações, é INCORRETO afirmar que

- a. () Vargas quer mostrar à população que ele é o pai de todos.
- b. () Vargas quer conduzir a população trabalhadora no país.
- c. () Vargas quer enaltecer a noção de trabalhador comunista.
- d. () Vargas quer demonstrar o seu carisma e capacidade de coerção.

10) Analise a figura



No início do século XX, a situação dos indivíduos que viviam no campo não era nada boa e quase sempre migravam, como demonstra a pintura. A esse respeito é INCORRETO afirmar que

- a. () as regiões brasileiras, do norte ao sul, receberam igualmente as benesses do progresso e da ordem, os quais chegaram até as populações rurais.
- b. () algumas regiões progrediam muito, mas amplas extensões no campo eram extremamente pobres com populações que ficaram à margem do progresso.
- c. () quase todos os estados do Nordeste eram paupérrimos na área do campo e a população, em sua grande maioria, servia de mão-de-obra a grandes proprietários.
- d. () a região nordestina pode observar o processo de migração e empobrecimento de sua população rural durante a República Velha.

